Continuarão presentes as variáveis que atuaram em 1978. Dificilmente o preço de garantia a ser apresentado aos triticultores dentro de pouco mais de um semestre, será considerado atraente. A persistência de cotações internacionais favoráveis aos países importadores sustenta uma ilusória conveniência da opção de abastecimento do cereal em fontes fora do país. Atualmente, mesmo deprimido pela entrada da colheita de inverno do hemisfério norte, o mercado internacional do trigo ostenta cotações em média 30% superiores, em termos reais, às praticadas há um ano.

Mesmo com as previsões de novas superproduções de trigo, a nível mundial, as cotações do cereal nas bolsas internacionais não deverão declinar. O *International Wheat Council* prevê a produção mundial deste ano entre 395 e 405 milhões de t. Embora superior à de 1977 (384 milhões de t), tal previsão situa-se abaixo do recorde atingido em 1976, de 417 milhões de t. A recuperação da produção da União Soviética e da China, aliada à equilibrada posição dos estoques indianos de cereais, será o fator responsável pela redução (calculada pela FAO) do volume das importações mundiais. No entanto, prosseguirão os esforços norte-americanos para a redução de seus excedentes. Espera-se a repetição do êxito já alcançado na diminuição de 16% no total da safra de inverno, mediante a participação dos fazendeiros nos programas governamentais de incentivo à diversificação e ao descanso das terras.

Independentemente do resultado da colheita deste ano no Brasil, tem-se como certa a necessidade de associação da produção doméstica com importações do produto ainda maiores do que as decorrentes da frustração da estação passada. A ultrapassagem, pelo consumo interno, da cifra de 6 milhões de t representará aquisições externas de magnitude próxima a 5 milhões de t, implicando num dispêndio próximo a US$ 700 milhões em 1979.

As respostas para a questão da triticultura são procuradas há longo tempo. Uma delas poderá ser o deslocamento do cereal para regiões mais propícias. Outra, o desenvolvimento de variedades ainda mais resistentes do que as atualmente disponíveis. Paliativamente, restam a opção pelo desestímulo ao consumo, via mistura de outras farinhas à farinha de trigo ou, então, pela redução do subsídio governamental. A primeira esbarra num parque moageiro despreparado e em matérias-primas de maior preço. A segunda reveste-se de óbvia impopularidade, carreando elevado custo social.

Embora distanciando-se no horizonte, a almejada auto-suficiência não se inviabilizou. Os acontecimentos recentes demonstraram, tão-somente, a imperiosa necessidade do cálculo de longo prazo.

Arroz

CONTROLE DE PREÇOS → DUALIDADE TECNOLÓGICA → INSTABILIDADE DA PRODUÇÃO

Tradicionalmente, a rizicultura no Brasil depara com duas ordens de problemas que resultam em sé-

rios entraves ao desenvolvimento tecnológico da cultura e, por conseguinte, à expansão racional da produção. A primeira dá-se a nível de comercialização devido ao ferrenho controle de preços de que o produto tem sido alvo, executado por instrumentos como tabelamento ou importação, que se mostram muitas vezes ineficientes. Esse cuidado, quase sempre hipertrofiado, em relação à evolução normal do nível de preços do produto, deve-se ao fato de o cereal ter participação substancial na composição do índice de preços, pelo importante papel que desempenha na dieta do consumidor de baixa renda. Infelizmente, esse tipo de controle inibidor do setor produtivo não constitui mal isolado, pois tem como pano de fundo a forma inócua com que se combate a inflação interna – atacando suas conseqüências e deixando imunes suas causas mais profundas.

A segunda diz respeito à extrema dependência de fatores climáticos de cerca de nove décimos da área de cultivo, tendo, por conseqüência, influência decisiva no volume total produzido e nos níveis de ganhos do setor, principalmente dos produtores de arroz irrigado, mais desenvolvidos tecnologicamente. No fundo, essa dualidade tecnológica da cultura é reflexo mediato do controle de preços mencionado acima, que induz à estagnação da produção.

Assim, o produtor habitual, que adota técnicas de irrigação, ou que se dedica à produção de arroz de sequeiro, tem sua renda variando entre dois níveis: em safras em que a produção de arroz de sequeiro é elevada, o volume global produzido excede a demanda do mercado, interferindo diretamente nos ganhos do produtor que passam a ser limitados pelo nível do preço mínimo, fixado muitas vezes abaixo dos custos operacionais de produção. Se, por outro lado, as condições climáticas se mostram desfavoráveis naquelas regiões, a renda do produtor não se eleva proporcionalmente à redução da produção, vez que as autoridades governamentais apressam-se em deter a tendência altista, via tabelamento, importação ou liberação de eventuais estoques acumulados em safras anteriores. As últimas três safras constituem exemplos elucidativos dessa questão.

A situação do orizicultor tem se agravado substancialmente nos últimos anos, quando recursos vultosos foram destinados à expansão da fronteira agrícola, para incorporação gradativa do cerrado às terras produtivas brasileiras. Neste contexto, o papel reservado ao arroz é apenas o de cultura transitória, utilizada como meio de baratear o processo de desmatamento, sendo imediatamente substituída por pastos no período seguinte.

Em relação às regiões tradicionalmente produtoras do cereal, o arroz vem assumindo posição secundária. A respeito, estudo a ser publicado pela CEPA-GO constata, durante os anos 70, forte elevação do número de cabeças de gado, em detrimento da área ocupada pelo arroz e outras culturas da região, nos municípios goianos essencialmente agrícolas. Essa lenta e gradual expulsão do arroz para terras menos férteis, verificada nas regiões orizícolas tradicionais de Goiás, Minas Gerais, São Paulo etc., vem se refletindo sobre consumidor e governo. O primeiro, apesar de normalmente desfrutar de preços atraentes, vive sob o espectro permanente de crise de abastecimento, cujo controle nem sempre é possível a curto prazo. O governo, por sua vez, incorre em elevados custos de estocagem ou pesados subsídios à exportação, sempre que a safra se revela abundante. Ao contrário, quando a safra se mostra insuficiente, o governo

se vê forçado a adotar medidas que têm apenas o efeito de adiar os problemas para o ano seguinte.

CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E DESESTÍMULOS DIVERSOS

A safra 77/78 havia sido inicialmente estimada em 8,4 milhões de t, o que significava uma redução da ordem de 0,8 milhão de t em relação à média dos dois últimos anos. Tal redução é explicada parcialmente pela substituição da cultura que se verifica, há várias safras, nas áreas que dispõem de maiores opções de plantio. No Rio Grande do Sul, o deslocamento do arroz não ocorre devido, principalmente, à inércia característica dos sistemas de produção e comercialização que exigem investimentos vultosos para a sua estruturação, como é o caso do arroz irrigado. Assim, a substituição da cultura não se dá pela inexistência de opção de plantio, tampouco pela evidência (falsa) de satisfação com os níveis de rentabilidade do investimento realizado, mas pela pouca flexibilidade de movimento inerente ao sistema produtivo.

No entanto, fatos econômicos como substituição de plantio, maiores investimentos em bens de capital e/ou em custeio para expansão da produção, os quais são acionados pelos sadios mecanismos de mercado, não explicam a maior parte das variações da produção de arroz. As condições climáticas das regiões produtoras de arroz de sequeiro, na verdade determinam o volume da safra quase que a despeito das demais variáveis. Assim, a mínima interferência de fatorés outros (não climáticos) no volume produzido em cada safra pode ser ilustrada com o seguinte exemplo: o preço do arroz permaneceu tabelado de abril de 1976 a outubro de 1977, apesar da boa disponibilidade existente durante o ano passado. Estimativamente, tal medida contribuiu para reduzir a safra 77/78 em apenas 0,8 milhão de t (média dos 2 últimos anos, menos previsão inicial para 77/78). Por sua vez, a seca que assolou a região Centro-Sul do país reduziu o volume colhido para 7,3 milhões de t (menos 1,1 milhão de t do que a previsão inicial).

TABELAMENTO – TRIVIALIDADE REDIVIVA

As perspectivas de preços para 1978 revelaram-se bastante promissoras para o produtor que não sofreu os efeitos danosos da seca, em face do equilíbrio de mercado que se vislumbrava à época da colheita: a disponibilidade interna (safra 77/78 mais 952.000 t de estoques oficiais) se igualaria ao consumo previsto para este ano. No entanto, outros fatores marginais, como especulação e morosidade de acionamento dos estoques oficiais, intervieram no circuito, prejudicando o atendimento tempestivo dos centros de consumo. Em resposta, os preços do produto elevaram-se em 35% no mercado atacadista do Rio de Janeiro, desde dezembro de 1977, o que não se poderia considerar aumento desmedido, se tivermos em mente que o produto vinha sofrendo apenas pequenos reajustes de preço há dois anos. O governo, no entanto, achou por bem submeter o produto ao regime de tabelamento de preços, a partir dos últimos dias de junho, o que, para fins de cálculos inflacionários, certamente configuraria medida bastante eficaz.

A teoria econômica, no entanto, não nos autoriza a esperar do tabelamento a mesma eficiência no que diz respeito aos preços que deverão ser efetivamente praticados, uma vez que a impossibilidade, pela in-

suficiência da oferta, de se gerar um fluxo contínuo e suficiente de produto destinado a todos os centros de consumo, resultará na formação de mercados paralelos, contra os quais medidas puramente administrativas têm pouca eficácia.

Claro está, no entanto, que as autoridades governamentais não se encontram destituídas de armas não "administrativas". Uma racional e ágil liberação dos estoques oficiais, bem como a realização de importação do produto, são medidas que, embora não resolvam os reais problemas da orizicultura brasileira, permitem conjugar nível estimulante de preços aos produtores e eficaz abastecimento aos centros de consumo.

VARIAÇÕES PREVISÍVEIS DE ÁREA, MAS SÓ DE ÁREA

Em relação à safra 78/79, cujo volume dependerá, fundamentalmente, das condições climáticas vigorantes nas regiões produtoras de arroz de sequeiro, não se devem desprezar no entanto as variações marginais da produção decorrentes da influência do comportamento dos mercados dos diversos produtos agrícolas, bem como das medidas a serem adotadas pelo governo.

Neste sentido, o nível em que será fixado o preço mínimo desempenha papel relevante para as intenções de plantio. Apesar de o nível deste instrumento não ser tão influente nas decisões do produtor quanto normalmente afirmam as reivindicações classistas, deve-se ter claro que, por uma série de razões, o preço mínimo do arroz desempenha papel mais relevante do que a própria filosofia da política de preços mínimos atribui a esse instrumento. O caráter quase institucional do produto, decorrente do fato de parcela substancial da produção ser normalmente destinada ao governo, bem como o ferrenho controle de preços de que é vítima o produto, são fatores que emprestam ao preço mínimo do arroz, importância maior do que a simples garantia contra a ruína da abundância, objetivo único e verdadeiro da política de preços mínimos.

Adicionalmente, o fato de os preços do produto terem sido recentemente submetidos a regime de tabelamento, deverá criar no produtor, a nível de comércio, uma certeza de pequena remuneração, a médio prazo. Um reajuste do valor do preço mínimo que pelo menos atenda às expectativas dos orizicultores, contribuiria para reverter o pessimismo ora reinante. Se, ao invés do que ocorreu, o mercado permanecesse livre, e os eventuais problemas de abastecimento regionais fossem contornados por uma eficaz política de liberação de estoques oficiais e, se necessário, importações, o reajuste a ser concedido ao preço mínimo do produto assumiria importância menor. Neste caso, a tendência ascendente de preços mantida sob vigilância, por si só, seria capaz de gerar expectativas otimistas.

Por sua vez, os danos causados pela seca à safra 77/78, induzirão os produtores à substituição no plantio em regiões nas quais as condições edafo-climáticas e tecnológicas o permitam. Segundo

informações disponíveis, deverá ser considerável a substituição de arroz por soja em alguns municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, dado que a quebra da produção do cereal atingiu este ano níveis bastante elevados, enquanto a soja, que desfruta de boas perspectivas de preço, demonstrou maior resistência aos problemas decorrentes da seca.

No que se refere às áreas de produção onde a cultura do arroz é explorada secundariamente à pecuária, algumas considerações específicas são necessárias, em virtude de reversão da tendência do ciclo pecuário em fins de 1977, quando iniciou-se no Brasil um novo período de preços ascendentes. Tal período, ao contrário do anterior, caracteriza-se pela acentuada retenção de animais e, conseqüentemente, por um aumento da demanda por fatores de produção para a bovinocultura.

Por uma série de características específicas, não ocorre, como era de se esperar, a ocupação imediata e completa com alguma cultura, das áreas colocadas em disponibilidade pelo aumento do abate, no período descendente do ciclo. Nas regiões onde se pratica a pecuária extensiva, tal substituição não se deve mostrar significativa, em função da grande disponibilidade de terras. Por sua vez, nas áreas onde se pratica pecuária mais intensiva, a especialização do pecuarista constitui fator fortemente limitativo à substituição, embora nessas áreas a escassez de terras favoreça a utilização maior dessa faculdade. No Rio Grande do Sul, não se deve esperar forte substituição em favor do arroz, já que a produção do Estado é quase toda irrigada, e as condições climáticas não são propícias à cultura de sequeiro. A alternativa de uso das terras gaúchas será sempre em favor de culturas não irrigadas, exclusive o arroz.

O fenômeno da substituição certamente assume importância maior apenas nas regiões onde atualmente se verifica a expansão da fronteira agrícola. O pecuarista, nestas áreas, utiliza-se normalmente do arroz, como forma de baratear o processo de desmatamento. Assim, se é restrita a disponibilidade de bovinos, a ponto de não justificar a formação de novos pastos, a utilização da área há pouco desmatada novamente para a produção do cereal é sempre uma possibilidade.

No entanto, esse tipo de utilização de áreas destinadas a pastagens, para outros fins, deverá assumir importância maior somente para a safra 79/80 vez que as áreas onde ocorrem a substituição não deverão ser imediatamente reconvocadas à pecuária, devido à pequena disponibilidade de bovinos. Por outro lado, não deverá aumentar a disponibilidade de áreas de pastagens, pois o ramo ascendente de preços do ciclo pecuário encontra-se em fase inicial, que se caracteriza pelo aumento da população bovina.

Finalmente, as ações governamentais a serem implementadas no setor orizícola devem considerar que o próximo governo enfrentará o primeiro ano de sua gestão sem dispor de estoque de segurança de um produto de importância primordial na dieta do brasileiro e cujo volume produzido, em última análise, não está sob o controle de medidas conjunturais e de última hora.